

**EXPEDIENTE:** Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobrelaja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

**imprensa@sintrajusc.org.br**  
**www.sintrajusc.org.br**

Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 700 exemplares

**Nº 903**

# **COM CONGELAMENTO SALARIAL, PCS4 NÃO TEM FUTURO**

Em Assembléias realizadas nesta terça, 13, os servidores da Justiça Eleitoral e da Justiça Federal aprovaram paralisação de uma hora no dia 15 de abril, quinta-feira, Dia Nacional de Luta contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 549/09, que congela o salário dos servidores públicos nos próximos dez anos. **A posição dos servidores da JE e JF será levada para a Assembléia Geral nesta quarta-feira, 14, às 13 horas, na rampa do prédio do TRT12.**

A luta contra o PLP 549 corre ao lado da luta pela aprovação dos projetos de revisão salarial dos servidores do Judiciário e MPU. É que de nada adiantará a aprovação dos dois projetos de lei (PLs 6613 e 6697) se o PLP 549 for aprovado na Câmara dos Deputados, uma vez que os limites impostos por ele impedirão também a implementação da revisão salarial do Judiciário Federal e do MPU.

Como parte do Dia Nacional de Luta, a Frente Nacional contra o PLP 549/09, composta por entidades nacionais dos servidores públicos, promoverá um ato em Brasília, na próxima quinta-feira, com concentração a partir das 9 horas, na Catedral de Brasília. Os manifestantes sairão em caminhada da Ca-

tedral em direção ao Congresso Nacional, onde realizarão ato público com a participação de parlamentares e de diversas lideranças sindicais.

## **O que é o PLP 549?**

\*O projeto acresce dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para dispor sobre limites às despesas com pessoal e encargos sociais da União.

\*O projeto não se refere explicitamente a congelamento salarial, mas propõe isso ao estabelecer que a folha de pagamento não poderá ultrapassar a inflação (correção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA) acrescida de 2,5% ao ano ou do índice de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o que for menor.

\*Os índices se referem à folha salarial de forma global, incluindo, por exemplo, as despesas com novas contratações de servidores.

\*Além do congelamento salarial, estabele-

cendo limites mais rígidos para aumentos com o funcionalismo na Lei de Responsabilidade Fiscal, o PLP 549 pode impedir a expansão da administração pública, proibindo a contratação de novos servidores.

## **UNANIMIDADE**

O PLP 549 foi aprovado por unanimidade no Senado, com o voto favorável dos 48 senadores presentes à sessão. Com autoria do líder do governo na Casa, senador Romero Jucá (PMDB-RR), não resta dúvida do interesse do Palácio do Planalto na aprovação da proposta. Em tramitação na Câmara, o projeto precisa agora ser derrotado.

A Fenajufe avalia que não há condições para melhorar o projeto. A única hipótese

possível é a sua derrota, pois mesmo se a Câmara "melhorar" o PLP 549, ao voltar ao Senado os senadores podem rejeitar todas as emendas e mandar para a sanção presidencial.

Resta então mobilizar as categorias profissionais para pressionarem e sensibilizarem deputados e senadores, com ações junto a todos os parlamentares, manifestando repúdio e contrariedade e preparando os servidores públicos para uma grande mobilização. O objetivo é derrotar o projeto preferencialmente logo na Comissão de Trabalho e Serviço Público da Câmara, que já aprovou uma audiência pública para debater o projeto, ainda sem data definida.

# **PCS4: SEM VOTAÇÃO GARANTIDA**

Na segunda, 12, coordenadores da Fenajufe e do Sintrajud-SP conversaram, por telefone, com o relator do PL 6613/09 (PCS4), deputado Sabino Castelo Branco (PTB/AM). Na conversa, o deputado garantiu à Fenajufe entregar nesta quarta-feira, 14, o relatório à Comissão de Trabalho da Câmara.

Como a quarta-feira da semana que vem é feriado, 21 de abril, a Fenajufe reivindicou que o projeto entre como extra-pauta na sessão desta quarta.

Na avaliação da Fenajufe, os fatos das úl-

timas semanas comprovam que há dificuldades reais impedido a votação dos projetos de revisão dos PCSs do Judiciário e do MPU: "Não podemos perder mais tempo e ficar passivos diante desse atraso na apreciação de nossos novos PCSs. A categoria deve atender ao chamado dos seus sindicatos e participar das assembleias, mobilizações e atividades de preparação da greve por tempo indeterminado. Está claro que somente uma luta mais intensa vai garantir avanços na tramitação dos projetos".

## **MOBILIZAÇÕES NO PAÍS**

\*Em São Paulo as manifestações contrárias ao PLP 549/09 e pela aprovação do PCS do Judiciário serão nesta quarta-feira, 14 de abril.

\*Os servidores do Judiciário Federal gaúcho também deram um passo importante na mobilização contra o PLP 549 e pela aprovação do PL 6613/09, que revisa o salário da

categoria. Em Assembleia no sábado, eles aprovaram estado de greve e paralisação no Dia Nacional de Lutas (15), além da deflagração da Greve por tempo indeterminado a partir do início de maio.

\*Os servidores do Judiciário Federal na Bahia decidiram paralisar as atividades durante 24 horas na quinta, dia 15, contra o PLP 549/09.